

O processo contraditório de reprodução socioterritorial da juventude camponesa no interior dos territórios de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR¹

Jessica Aparecida de Avila Follmann

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

e-mail: jessyca_deavila@hotmail.com

Djoni Roos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

e-mail: djoni_roos@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho objetivou compreender as contradições enfrentadas pela juventude camponesa no processo de reprodução socioterritorial nos espaços de luta pela reforma agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR. Tais contradições estão diretamente correlacionadas a realidade cotidiana destes jovens e moldam suas escolhas futuras. Parte-se do entendimento de juventude camponesa a partir da realidade de classe social a qual estes jovens estão inseridos (campesinato), e a estreita ligação dos mesmos com o histórico de luta pela terra presente em ambos os municípios que compuseram o estudo. Abordar-se-á no decorrer do trabalho, dados obtidos através dos levantamentos de campo e apontamentos teóricos que compuseram a pesquisa, objetivando compreender a realidade cotidiana dos jovens camponeses que se fazem presentes nos territórios de luta pela reforma agrária. Realidade a qual, é perpassada pela hierarquização familiar, subordinação juvenil e busca por reconhecimento e autonomia, perante o núcleo familiar camponês.

Palavras-chave: Juventude; campesinato; reforma agrária; contradições.

The contradictory process of socio-territorial reproduction of peasant youth within the territories of struggle for Agrarian Reform in the municipalities of Laranjeiras do Sul and Rio Bonito do Iguaçu/PR

Abstract

This work aimed to understand the contradictions faced by peasant youth in the process of socio-territorial reproduction in the spaces of struggle for agrarian reform in the municipalities of Laranjeiras do Sul and Rio Bonito do Iguaçu / PR. Such contradictions are directly correlated to the daily reality of these young people and shape their future choices. It starts with the understanding of peasant youth based on the reality of social class to which these young people belong (peasantry), and their close connection with the history of struggle for land present in both municipalities that composed the study. It will be approached in the course of the work, data obtained through field surveys and theoretical notes that composed the

¹ O presente trabalho é resultado de pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *campus* de Marechal Cândido Rondon. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – código de financiamento 001.

research, aiming to understand the daily reality of young peasants who are present in the territories of struggle for agrarian reform. Reality, which is permeated by family hierarchy, youth subordination and search for recognition and autonomy, before the peasant family nucleus.

Keywords: Youth; peasantry; land reform; contradictions.

El proceso contradictorio de reproducción socio-territorial de la juventud campesina dentro de los territorios de lucha por la Reforma Agraria en los municipios de Laranjeiras do Sul y Río Bonito do Iguaçu/PR

Resumen

Este trabajo tuvo como objetivo comprender las contradicciones que enfrentan los jóvenes campesinos en el proceso de reproducción socio-territorial en los espacios de lucha por la reforma agraria en los municipios de Laranjeiras do Sul y Río Bonito do Iguaçu / PR. Dichas contradicciones están directamente relacionadas con la realidad cotidiana de estos jóvenes y dan forma a sus elecciones futuras. Comienza con la comprensión de la juventud campesina basada en la realidad de la clase social a la que pertenecen estos jóvenes (campesinado), y su estrecha conexión con la historia de la lucha por la tierra presente en los dos municipios que compusieron el estudio. Se abordará en el curso del trabajo, datos obtenidos a través de encuestas de campo y notas teóricas que compusieron la investigación, con el objetivo de comprender la realidad cotidiana de los jóvenes campesinos que están presentes en los territorios de lucha por la reforma agraria. La realidad, que está permeada por la jerarquía familiar, la subordinación juvenil y la búsqueda del reconocimiento y la autonomía, ante el núcleo familiar campesino.

Palabras-chave: Juventud; campesinado; reforma agraria; contradicciones.

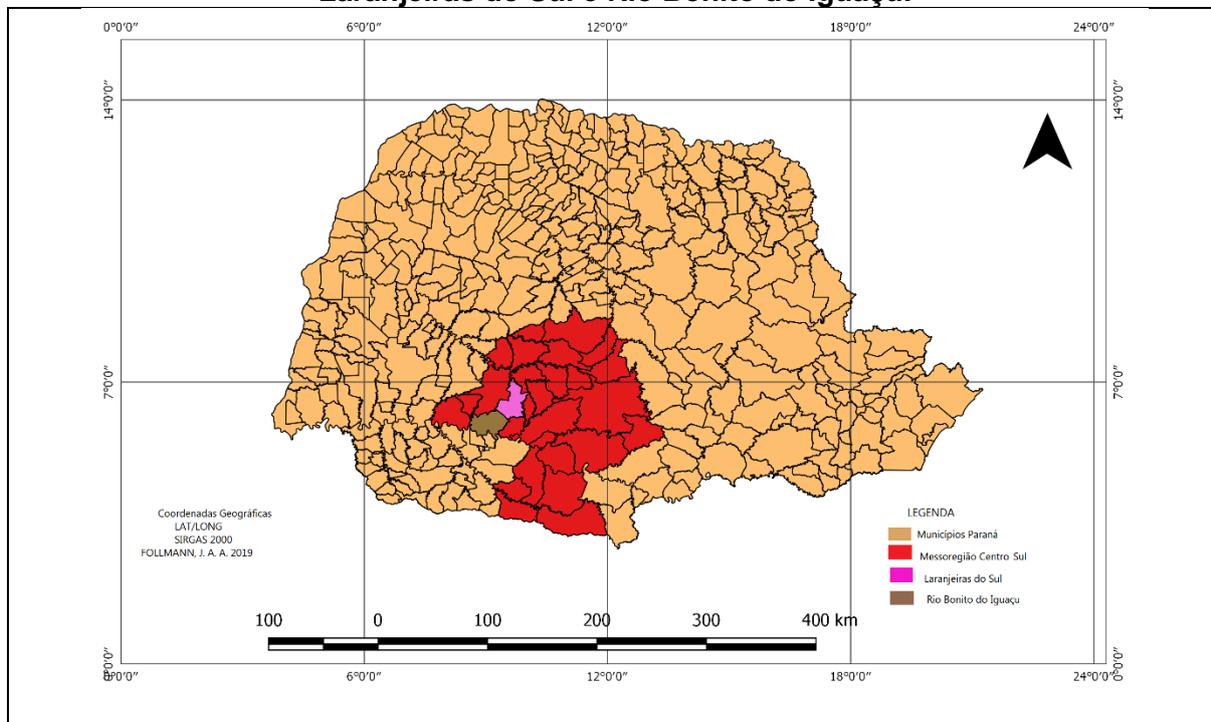
Introdução

O campo brasileiro é constituído por uma gama de realidades e culturas distintas, cujas raízes estão diretamente interligadas com a conformação do espaço agrário do país. A desigualdade social presente no rural brasileiro também é fruto da maneira com que este espaço agrário foi moldado ao longo da história. A constante resistência de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, entre outros, revelam a desigualdade presente no campo brasileiro e as constantes pressões por eles sofridas. A expansão do capitalismo sobre o campo e a consequente negação de acesso à terra, promovida pelos latifundiários, ou mesmo, pelo próprio Estado, põem em constante resistência as populações camponesas e demais povos originários.

Diante disso, destaca-se o recorte espacial do presente trabalho, cuja resistência camponesa é notável. A escolha dos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, localizados na Mesorregião Centro-Sul Paranaense, ocorreu pelo histórico de lutas camponesas organizadas em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde início dos anos de 1990 até a atualidade. Tais lutas, marcaram/marcam o respectivo espaço e possibilitaram/possibilitam a organização campesina e a conquista da

terra. A Figura 1, destaca a localização da Mesoregião Centro-Sul Paranaense e os respectivos municípios que compreendem a presente análise.

Figura 1: Localização da Mesoregião Centro-Sul Paranaense e dos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu.



Fonte: Base de dados IBGE. Organização: Autores. Software: Quantum Gis.

Os espaços que compuseram a presente pesquisa são compreendidos pelos assentamentos rurais e acampamentos de camponeses sem-terra presentes nos municípios supracitados. Os assentamentos rurais representam a territorialização camponesa, que se dá pela conquista de frações do território (FERNANDES, 1994), sendo eles: Oito de Junho, localizado no município de Laranjeiras do Sul e Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio, no município de Rio Bonito do Iguaçu. Os acampamentos representam a espacialização da luta pela terra (FERNANDES, 1994) e o caráter combativo presente no campesinato, cujas reivindicações e lutas pela conquista/permanência na terra elencam a desigualdade presente no campo brasileiro, sendo eles: Recanto da Natureza, em Laranjeiras do Sul e Herdeiros da Terra de 1º de Maio, localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu.

A escolha do referido recorte espacial se fundamenta no histórico de lutas e conquistas camponesas. Os assentamentos selecionados possuem mais de 20 anos de conquista e resistência, representam a territorialidade campesina no interior do estado do Paraná. Da mesma maneira, são experiências concretas da organização camponesa e carregam consigo um vasto histórico de discussões políticas e sociais. Foi diante do histórico de luta e conquista dos espaços que compuseram o estudo, que buscou-se compreender a

realidade vivenciada pela juventude camponesa. Visando analisar como os mais de 20 anos de luta camponesa afetaram/afetam o cotidiano destes jovens, a ponto de existirem ou não relações contraditórias no interior dos territórios da reforma agrária e dos núcleos familiares camponeses.

As motivações para o desenvolvimento da pesquisa, da qual resultou o presente trabalho, se deram pela necessidade de compreender a realidade vivenciada pela juventude camponesa, presente nos espaços de luta pela reforma agrária dos municípios que compuseram o estudo. Realidade a qual, muitas vezes, se mostra contraditória, inclusive no interior dos movimentos sociais camponeses. O histórico de reivindicações e conquistas camponesas, nos municípios em questão, contribuiu para o levantamento de questionamentos que guiaram o desenvolvimento do trabalho, tais como: como se dá a reprodução socioterritorial da juventude camponesa nos assentamentos/acampamentos de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu? Os jovens camponeses estão permanecendo ou partindo do campo? Como se dão as relações sociais internas ao núcleo familiar camponês? Há desigualdades de gênero intrínsecas ao campesinato?

Visando sanar cada questionamento exposto, foram desenvolvidos 158 questionários com jovens camponeses de ambos os sexos, entre 15 e 18 anos e 32 entrevistas com jovens de 18 a 29 anos, camponeses, representantes de cooperativas e membros da comunidade. Optou-se pelo desenvolvimento dos questionários junto às escolas e colégios do campo, presentes nos assentamentos que compuseram o estudo, os quais concordaram em ceder espaço para o desenvolvimento dos questionários. Tal metodologia contribuiu para a maior abrangência de jovens. Por opção metodológica foram utilizados pseudônimos, como por exemplo, “Jovem 1”, “Camponês 1” e assim sucessivamente, para denominação dos entrevistados. Já, os dados obtidos por meio dos questionários foram tabulados em forma de gráficos e tabelas.

Vale ressaltar que na presente pesquisa, utilizou-se como recorte etário para compreensão da juventude, àquele reconhecido pelo Estatuto da Juventude, sancionado no ano de 2013 (ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013). Este delimita direitos, garantias e define a faixa etária considerada como juventude, entre 15 e 29 anos.

Nesse sentido, buscou-se compreender as contradições e desafios inerentes a reprodução socioterritorial da juventude camponesa nas áreas em estudo. Da mesma maneira, tentou-se entender a relação intrínseca da juventude camponesa e da luta pela Reforma Agrária, analisando a realidade destes sujeitos no interior dos assentamentos rurais e acampamentos de camponeses sem-terra.

Para uma melhor compreensão, o trabalho está dividido em quatro seções. A primeira, destinada ao debate teórico de alguns pontos levantados por diversos autores e autoras, tais como: Castro, 2007; Rosas, 2007; Stropasolas, 2007; Weisheimer, 2007; Paulo,

2011; Kummer; Colognese, 2013; Oliveira; Rabello; Feliciano, 2014. Nas demais seções, serão debatidos os dados obtidos em campo, visando entender a realidade vivenciada pelos jovens camponeses e os desafios enfrentados pelos mesmos, para sua reprodução socioterritorial. Reprodução a qual está diretamente interligada com as experiências vivenciadas pelos jovens camponeses que, por vezes, utilizam de maneiras contraditórias e controversas para assegurar a mesma.

Abordagens teóricas sobre o entendimento de Juventude Camponesa

O campo brasileiro constitui-se diante da diversidade de culturas e realidades vivenciadas por seus habitantes. Nele são encontradas realidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, camponesas e outras vinculadas à lógica capitalista (agronegócio). Igualmente, a juventude, ou melhor, as distintas juventudes encontradas no campo, se diferenciam através da heterogeneidade presente neste espaço (KUMMER; COLOGNESE, 2013).

É diante da heterogeneidade de culturas, vivências e modos de vida presentes no campo brasileiro, que se faz necessária a distinção sobre qual juventude se disserta, pois, é “[...] necessário considerar, que o mundo rural, no qual esse jovem pertence, é heterogêneo, multifacetário e multidimensional, necessitando ser entendido em sua especificidade” (PAULO, 2011, p. 73). E, é justamente pelas diferentes especificidades presentes no ambiente rural e dos mais diversos sujeitos, neste caso, especificamente do campesinato, que se aborda exclusivamente a realidade da juventude camponesa.

Enfatiza-se a utilização da categoria de análise “juventude camponesa” diante do eminente risco de homogeneização de realidades presentes no campo. Alguns autores, como Abramovay et al. (1998), Kummer; Colognese (2013) e, inclusive, o Estatuto da Juventude (2013), se utilizam da nomenclatura “juventude rural” para identificar os sujeitos jovens presentes campo. Tal ato, negligencia a diversidade de culturas e povos presentes no campo, homogeneizando as realidades e as subestimando. Segundo Capelo, Martins; Amaral (2007, p. 217-218)

As juventudes, [...] são muitas e devem ser compreendidas a partir da situação de classe e dos pertencimentos socioterritorial que configuram as múltiplas identidades juvenis, entre outros critérios que imprimem especificidades aos jovens, conforme suas condições de existência.

Neste sentido, deve-se reconhecer a juventude camponesa diante do contexto de classe que a mesma se encontra, o campesinato. Classe esta, que resiste no processo de contradições do sistema capitalista de produção. Ou seja,

[...] essa classe é a expressão contraditória de um modo de produção cuja mola propulsora não é a mercadoria, mas a acumulação. Assim, a existência do campesinato não deve ser vista como algo deslocado do capitalismo, mas como parte integrante desse modo de produção (PAULINO, 2006, p. 35).

O camponês, desse modo, desempenha um papel contraditório, pois, ao passo que resiste em desaparecer é também resultado do próprio sistema capitalista que não o extingue (MOURA, 1986).

A juventude camponesa, portanto, corresponde a relação intrínseca com o campesinato, com o modo de produção e de vida desta classe, cujo ponto principal está centrado na organização do trabalho de base familiar. Da mesma maneira, possui traços estreitos com a terra, compreendida como meio de reprodução para o camponês, a qual é objetivo das reivindicações por reforma agrária. Ser jovem camponês, é reconhecer e fazer parte do vasto histórico de luta e resistência desta classe, diante dos mais diversos conflitos agrários, marcantes na história e na atualidade da questão agrária brasileira.

Neste viés, utilizar-se de qualquer outra nomenclatura para analisar a realidade da juventude camponesa, que não a própria juventude camponesa, culminaria na negação de décadas de história e resistência dos camponeses no Brasil. Utilizar-se, por exemplo, de “juventude rural” corresponderia a homogeneizar sujeitos e realidades distintas, que estão em polos opostos nos conflitos agrários. Ou seja, acarretaria na negação do caráter de classe e na deslegitimação das reivindicações camponesas.

Juventude camponesa: contradições e conflitos na unidade familiar

Historicamente o campo brasileiro tem sido retratado através de imagens pejorativas, cujas relações ali presentes eram perpassadas pelo atraso e arcaísmo. Sobre o campo brasileiro recai “[...] uma desqualificação simbólica que associa o rural, o camponês, a roça, o trabalhador rural [...] a imagens de atraso. [...] trata-se de uma realidade que se repete na sociedade, onde o campo é desvalorizado frente à cidade” (CASTRO, 2007, p.129).

A desvalorização do campo, alcança os sujeitos que nele vivem e que a ele pertencem, inclusive sua juventude. Os estigmas enfrentados partem, não somente, da sociedade no geral, mas também do próprio espaço de origem destes jovens. Com a aproximação entre campo e cidade, a deslegitimação é duplamente aplicada aos jovens. Ora são desvalorizados por suas origens rurais, outrora por serem julgados demasiados urbanos, pelo fato de apresentarem traços multiculturais (CASTRO et al., 2009).

A desvalorização juvenil, implicitamente, demonstra a posição hierárquica e de subalternidade que estes sujeitos enfrentam. Subalternidade enfrentada, inclusive, no interior de seus núcleos familiares camponeses. O jovem camponês “[...] carrega o peso de uma posição hierárquica de subalternidade, ou seja, uma categoria percebida como inferior nas

relações de hierarquia estabelecidas na família, bem como na sociedade” (CASTRO et al., 2009., p. 39).

Contraditoriamente, apesar de deslegitimados, os jovens camponeses são tidos como responsáveis pela continuação e pela manutenção dos territórios conquistados pelos camponeses, assim como pela reprodução do próprio campesinato (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014). A juventude “[...] é fortemente valorizada e constantemente acionada nos discursos dos pais e dos movimentos sociais rurais, associada à renovação e ao *futuro*, ou seja, como categoria-chave na reprodução da produção familiar” (CASTRO et al., 2009, p.39, grifo das autoras).

O ser jovem camponês além de seu vínculo direto com a luta pela terra e com a terra em si, também é marcado pelas contradições inerentes ao seu ambiente de origem, cujas relações sociais perpassam por constantes relações desiguais. O núcleo familiar camponês é, para os jovens, um refúgio e a fonte de muitos conflitos (KUMMER; COLOGNESE, 2013). Tal fato ocorre pelas diferenças geracionais encontradas no interior da família camponesa, pelas desigualdades de gênero e pelo caráter patriarcal presente no campo brasileiro.

A família camponesa, dessa maneira, não foge aos padrões da sociedade patriarcal presente no país, a qual centra na figura paterna o poder de mediatizar todo o trabalho e o próprio controle sobre aqueles que consigo convivem (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014).

O patriarcalismo impregnado na família camponesa, resulta nas conflitualidades enfrentadas pela juventude. Vale destacar que, o patriarcalismo presente no campo não se restringe ao regime de dominação-exploração do feminino pelo masculino (SAFFIOTI, 2015), ele também é representado pela dominação-exploração-submissão dos indivíduos considerados jovens (CASTRO, 2007). Os conflitos internos ao núcleo familiar camponês moldam a realidade vivenciada por estes jovens, cujos caminhos seguidos podem leva-los a abandonar o ambiente rural. Entre os conflitos mais marcantes, destaca-se a hierarquia familiar camponesa, a desigualdade de gênero e a subordinação juvenil.

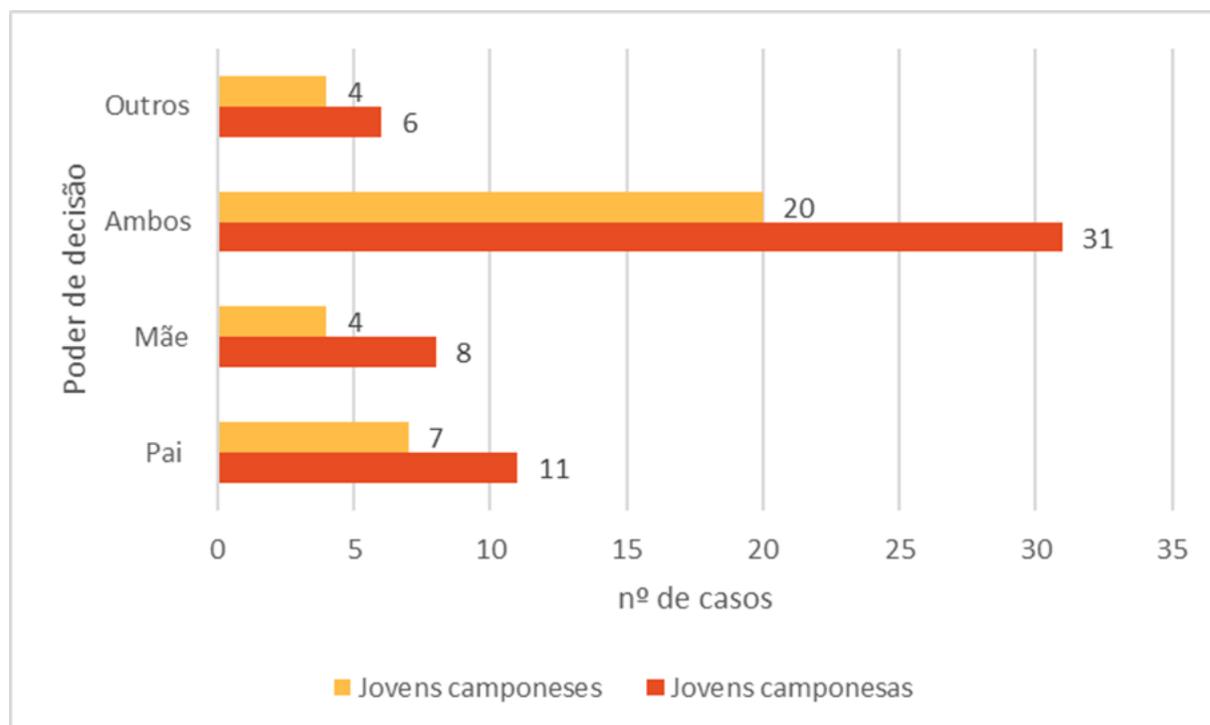
Contraditoriamente à realidade conflitiva a qual estão expostos, os jovens camponeses são constantemente acionados através dos discursos de continuidade do campesinato, ao passo que enfrentam a barreira da hierarquia familiar camponesa, sendo considerados como pouco confiáveis ou, até mesmo, incapazes para o gerenciamento das unidades familiares camponesas (CASTRO et al., 2009).

Nos espaços que compuseram o estudo, acampamentos e assentamentos, foram percebidas situações em que a subordinação juvenil e hierarquia familiar distinguiam-se com facilidade. Isso se deu, pelo fato de serem evidentes as relações de caráter patriarcal presente no interior das famílias camponesas, cujas relações internas ao núcleo familiar camponês

estão diretamente correlacionadas com o trabalho familiar e o gerenciamento das unidades camponesas de produção.

A hierarquia familiar camponesa se destaca principalmente quando se trata do gerenciamento das unidades, cujos progenitores centram em si a responsabilidade e dominação sobre as decisões tomadas no interior das unidades. E, conseqüentemente, o poder de decisão estando centrado na figura dos progenitores (pai e mãe), exime-se a participação juvenil. O Gráfico 1, destaca a centralidade do poder de decisão nas unidades camponesas dos assentamentos que compuseram o estudo.

Gráfico 1: Poder de decisão nas unidades camponesas dos assentamentos



Fonte: trabalhos de campo, 2018.

Os progenitores são constantemente acionados como tomadores de decisão no interior do núcleo familiar camponês. Isso destaca o fato de que, nestas situações, os jovens camponeses não possuem participação nas decisões tomadas ou no gerenciamento das unidades camponesas, mesmo o processo de gerenciamento não estando centrado em apenas uma pessoa.

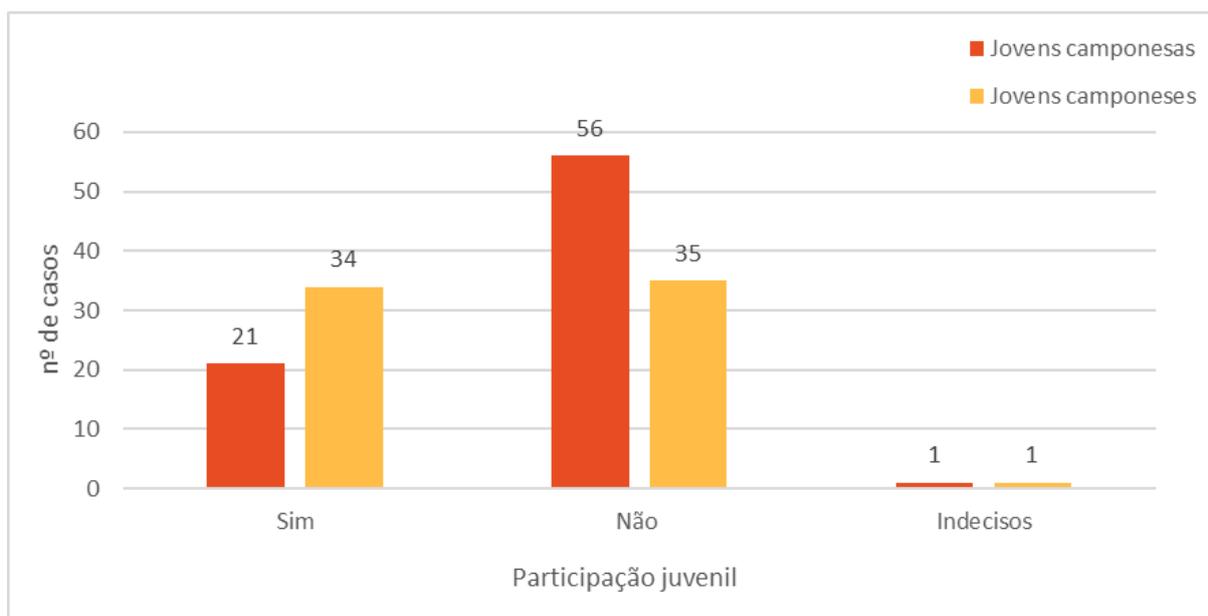
Há, da mesma maneira, disparidades quanto ao gerenciamento das unidades. Mesmo a maioria dos jovens identificando ambos os progenitores como gerenciadores e detentores do poder de decisão, quando se analisa a individualidade no gerenciamento das unidades, não há uma equidade. Em dezoito (18) casos o pai é apontado como figura central no gerenciamento das unidades, em contraponto, doze (12) casos destacam a figura materna na mesma posição. Isso evidencia que no interior das unidades camponesas o processo de

gerenciamento pelas mulheres ainda é menor, pois, em grande parte dos casos em que a figura materna foi apontada como gerenciadora da unidade, havia ausência da figura paterna, seja por falecimento, ou separação dos progenitores. Estes elementos corroboram com o exposto por Oliveira, Rabello e Feliciano (2014, p. 139),

A família do campo não foge à tradição da sociedade patriarcal [...]. No campo, talvez estes resquícios sejam ainda mais fortes, e estejam presentes de forma ainda mais acentuada, dada as especificidades nos quais estes sujeitos estão inseridos, onde, na tradição que é passada através das gerações que posiciona o pai na função de chefe, a mãe como figura que toma decisões na ausência do pai abaixo desses o filho mais velho, ou o filho homem.

Os resquícios patriarcais presentes no campesinato, destacados pelos autores, também são nítidos quando se trata da participação juvenil nas decisões tomadas no interior das unidades camponesas. O Gráfico 2, elenca a participação juvenil nas decisões tomadas no interior das unidades camponesas, ou ausência desta, destacando a diferenciação de gênero entre os jovens.

Gráfico 2: Participação juvenil nas decisões nas unidades camponesas



Fonte: trabalhos de campo, 2018.

É saliente a diferenciação entre jovens do sexo masculino e jovens do sexo feminino, quando se trata de participação nas decisões tomadas no interior das unidades camponesas de produção. Em apenas vinte e um (21) casos há a participação das jovens nas decisões contra trinta e quatro (34) casos em que ocorre a participação dos jovens do sexo masculino. Essa disparidade pode ser entendida pela desigualdade de gênero presente nos núcleos familiares camponeses, cuja participação feminina nas tomadas de decisão é significativamente inferior. Entretanto, evidencia-se a participação precária dos jovens (de

ambos os sexos) no processo de tomada de decisão nas unidades, ou lotes familiares. Participação restrita a “opiniões” proferidas pelos jovens camponeses, pois, não foram identificados casos em que os jovens gerenciam parte do lote familiar ou da produção. Isso se dá pelo fato de que, o lote familiar é tido como propriedade dos progenitores, eximindo assim, qualquer participação efetiva dos jovens no gerenciamento dos mesmos. Neste sentido, uma interlocutora exemplifica,

Quando o jovem consegue trabalho, muitas vezes ele tem o trabalho, mas não tem autonomia nenhuma, né? Quem gerencia isso é o pai, por que também, o agronegócio... A sociedade capitalista e o agronegócio como modelo de produção pro campo dessa sociedade capitalista, tá muito baseado nessa questão do patriarcalismo, né? E no campo essa questão é muito forte. Então, é uma questão que o jovem se coloca insuportável dentro de casa, né? Não tem autonomia de ajudar a gerenciar o lote, o trabalho, a finança, muitas vezes não tem autonomia pra poder sair de casa, principalmente pras jovens mulheres, né? (Jovem 1, 23 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de maio, 06 de novembro de 2018).

A hierarquização presente nos espaços em estudo, tanto assentamentos quanto acampamentos, corrobora para a manutenção da figura paterna, ou mesmo de ambos os progenitores, como detentores do saber e do poder nas unidades camponesas. Isso se dá pela carga histórica e social a qual a família camponesa está exposta, na qual, a afirmação social desta, perpassa pela figura masculina, haja visto as categorias criadas para denominação da mesma, como por exemplo, chefe de família, arrimo de família, entre outras (STROPASOLAS, 2007). Ou, como destaca Weisheimer (2007), ao afirmar que o homem adulto passa a ser autoridade máxima no interior do núcleo familiar camponês, cuja autoridade está centrada na cultura patriarcal e ao fato de ser considerado o detentor do saber agrícola capaz de transformar a terra em terra de trabalho.

A hierarquização e a precária participação juvenil nas decisões tomadas nas unidades camponesas, ou mesmo, em espaços de cooperação, também é reconhecida por alguns camponeses. Para o Camponês 1 a participação juvenil é um tema “Bastante complexo, por que muitas vezes, acaba aí, tem a própria hierarquia familiar, onde os pais não dão muito espaços pros jovens desenvolver atividade... É sempre difícil trabalhar esse tema” (Camponês 1, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 17 de julho de 2018). A hierarquização destacada pelo Camponês 1 é apontada pela Jovem 2 como uma das razões pelas quais os jovens abandonam o campo, como se destaca na fala a seguir,

Eu vejo por experiência própria dos meus familiares, dos meus primos, foram embora procurar emprego em outros lugares, por não conseguirem ter essa autonomia dentro dos lotes. Desde vim com ideia nova, ideia de fazer até um controle de entradas e saídas dos lotes, né? Melhor aproveitar um espaço [...]. Ainda existem pessoas, como posso dizer? Famílias mais tradicionais, aquelas famílias que não aceitam mudanças... Queira ou não queira o filho acaba trabalhando fora [...] (Jovem 2, 29 anos, Assentamento 8 de junho, 14 de dezembro de 2018).

A resistência frente à novas ideias trazidas pelos jovens, para o aperfeiçoamento das unidades camponesas se mostrou muito presente nos espaços que compuseram a pesquisa. Tal fato, contribui para a deslegitimação destes jovens que são tidos como incapazes para o gerenciamento das unidades. Existe, portanto, um paradoxo claro com relação a juventude camponesa, mesmo que estes sujeitos (de ambos os sexos) ocupem lugar de destaque nos discursos sobre a continuidade do campesinato, não são vistos como capazes para o gerenciamento das unidades camponesas (CASTRO et al., 2009).

A ausência de participação juvenil e a falta de espaço para o desempenho de novas atividades ou para o aperfeiçoamento das unidades, reforça o sentimento de negação do estilo de vida camponês. Negação esta, que não parte somente dos jovens, mas também dos próprios pais ao negarem o campo como um espaço futuro para seus filhos. Há uma constante afirmação, em alguns casos, de que a migração para o espaço urbano seria a melhor escolha para os jovens presentes no campo. Isto fica explícito na entrevista com um de nossos interlocutores.

[...] eu acho que uma dificuldade assim, não no meu caso, mas de outros jovens. Eu acho que é a falta de apoio dos pais mesmo. Que os pais querem que o jovem se forme [ensino médio] e vá procurar um emprego, né? Não querem que o filho tenha a mesma vida, não sei se pelas dificuldades que é morar no campo, mas enfim... (Jovem 3, 26 anos, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 07 de julho de 2018).

Há, portanto, uma negação para com o estilo de vida do campesinato. Como destacado por Rosas (2007), há uma instabilidade no interior do campesinato que ocasiona a negação e a recusa do estilo de vida levado pelos pais destes jovens camponeses. Mas, não é apenas negar o estilo de vida e sim, negar as dificuldades e precariedades as quais os camponeses brasileiros estão expostos cotidianamente. Assim como, é a negação das contradições e conflitualidades enfrentadas pelos jovens, os quais projetam ao campo suas frustrações.

A ausência de realização de ampla e irrestrita reforma agrária também contribui para o distanciamento dos jovens camponeses para com o campo. Haja visto que, os assentamentos conquistados não foram pensados para atender a expansão das famílias beneficiadas originalmente (OLIVEIRA; FELICIANO, 2016). Portanto, muitos assentamentos rurais não atendem ao módulo fiscal de cada região, não possuindo a área mínima reconhecida para a manutenção de uma família no campo. Nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu o módulo fiscal mínimo é de 18 hectares (INCRA, 2013). Nos assentamentos rurais dos municípios supracitados as unidades camponesas apresentam lotes entre 14 ha e 16 hectares.

As dificuldades frente a reprodução socioterritorial da juventude camponesa, moldam os caminhos, muitas vezes controversos que estes jovens buscam seguir. Na tentativa do rompimento com a dependência financeira e hierarquização familiar, os jovens buscam no assalariamento uma forma de romper com tais conflitualidades. O assalariamento representa uma forma de suprir suas necessidades individuais frente ao trabalho familiar coletivo, presente no interior dos núcleos familiares camponeses. Como pode-se perceber na fala de dois jovens,

[Quais são as fontes de renda que vocês têm?]

(Jovem 5) É o leite e a lavoura! [E daí a Jovem 4 trabalha fora?] E a... é empregada. [Por que motivo, você tomou a decisão de trabalhar fora?]

(Jovem 4) Por que eu gosto!

(Jovem 5) Mas até novembro só. Quando nós se conhecemos ela já trabalhava de empregada!

(Jovem 4) Eu morava na cidade e já estava trabalhando na loja. Quando eu vim morar pra cá tipo não pensava, né? Pensava assim, daqui dois anos parar de trabalhar, quando a gente tiver melhor, né? Mas... Sei lá. [Mas, na sua visão, você ter esse emprego na cidade ele contribui para vocês permanecerem no campo?] Na verdade, assim, em partes, tipo... As vezes quando a gente se apura, se aperta beleza, mas eu acho que não favorece em nada, porque é um ganho, um gasto meu, né? Tipo não tem, um exemplo assim, "aí o salário de lá vai bancar e tal" não. Na verdade, tô indo por ir, tem que ir agora, né? Mas, se não já tinha parado. [A distância exige muito?] Sim, hum, hum. (Jovens 4 e 5, 29 e 22 anos, respectivamente, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 11 de agosto de 2018).

A fala da Jovem 4 evidencia o caráter individual do assalariamento, o qual, segundo a mesma, não contribui para a manutenção da família camponesa. Apesar da renda obtida através do assalariamento ser individual, propicia aos jovens continuarem residindo no campo, mesmo buscando a obtenção de rendimentos próprios para a aquisição de bens de consumo individuais e demais necessidades. Todavia, as dificuldades enfrentadas pelos jovens assalariados são frequentes. Durante a entrevista a Jovem 4 destacou ainda que as distâncias percorridas diariamente, a baixa remuneração e a dificuldade de locomoção em épocas chuvosas são desafios constantes.

Para muitos jovens camponeses o trabalho de caráter familiar e coletivo torna-se um empecilho para a obtenção de renda individual e para o suprimento de suas necessidades, sejam elas de lazer ou não. Porém, o assalariamento não representa apenas a busca por renda individualizada, para alguns jovens possuir um emprego fixo no espaço urbano é uma tentativa de obter, além de renda, reconhecimento perante sua família. Além disso, a renda obtida através da venda de sua força de trabalho, proporcionaria ao jovem sua independência diante do núcleo familiar camponês, cabendo somente ao jovem a decisão sobre aquele valor monetário.

O jovem camponês está envolto em conflitualidades internas a seu núcleo familiar originário. O assalariamento representa, para alguns, o rompimento com a lógica camponesa de trabalho familiar, ao mesmo tempo que o mantém no campo. A hierarquização vivenciada

no interior das unidades camponesas contribui para as escolhas tomadas por eles. No entanto, se aos jovens de forma geral, principalmente aos do sexo masculino, pesam relações de hierarquização e subalternidade, as jovens camponesas sofrem cotidianamente com a desigualdade de gênero e o não reconhecimento do trabalho feminino camponês, como será abordado no tópico a seguir.

A desigualdade de gênero no interior das famílias camponesas

Se de forma geral, os jovens camponeses enfrentam adversidades distintas à sua reprodução socioterritorial, as jovens camponesas encaram também a desigualdade de gênero. Levando-se em consideração o conceito de gênero como a construção social do feminino e do masculino (SAFFIOTI, 2015), o papel socialmente construído das atribuições destinadas as mulheres e aquelas destinadas aos homens. No campo, estas diferenciações são notáveis. Como fica exposto na fala seguinte:

Com certeza existe muita desigualdade de gênero! Desde uma opinião que a gente fala em casa, né? Pro pai, pra mãe... O pai já fala “o que que você sabe menina?” Tipo, “o que você sabe? Não sabe nada, né?” Muita influência é porque a gente é mulher, preconceito mesmo [...] (Jovem 6, 24 anos, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 18 de agosto de 2018).

A Jovem 6 evidencia seu reconhecimento quanto a existência de questões de gênero no interior de sua própria família. Vale ressaltar que o fato do questionamento exemplificado pela jovem, exprime o caráter patriarcal e até mesmo machista que alguns casos apresentam. Questionar o saber das jovens pelo fato de serem do sexo feminino é também questionar se o ser feminino possui saberes agrícolas. Haja visto que, na tradição camponesa, o homem é tido como detentor deste saber.

Questionar a sapiência feminina sobre o trabalho agrícola vai de encontro com o reconhecimento do papel feminino no interior do campesinato. Já que, tradicionalmente o papel das camponesas é atrelado à manutenção do ambiente doméstico e familiar, podendo se estender aos cuidados com hortas e animais de pequeno e médio portes. Em detrimento ao papel masculino, o qual é reconhecido como provedor, protetor e gerenciador das unidades camponesas de produção. Isso se deve muito,

[...] ao fato de a sua socialização [mulheres] ser dirigida para a realização do trabalho doméstico. Dessa forma [...] sua participação no trabalho agrícola como complementar e subordinado ao trabalho masculino, o que reforça a desvalorização da força de trabalho feminina no contexto de relações sociais de gênero que se caracteriza por uma distribuição desigual de poder e oportunidades, neste caso, no interior da família (WEISHEIMER, 2007, p. 243).

A desvalorização do trabalho feminino camponês está diretamente correlacionada com a socialização vivenciadas pelas jovens e mulheres desde sua infância. Haja visto que, a socialização da criança é uma prática presente no interior do campesinato, em que, desde muito ténue a criança inicia seu contato com a realidade camponesa (SANTOS, 1978).

Há uma clara construção social perante o trabalho feminino camponês. A qual contribui para a manutenção e subjugação do mesmo, sendo considerado apenas como força complementar, “ajuda” no interior do núcleo familiar camponês. Se possui o caráter de “ajuda”, também é vedado a obtenção de renda monetária.

A desvalorização do trabalho feminino camponês fica evidente, através das diferenciações sobre os trabalhos desempenhados pelos jovens, cuja socialização é voltada, no caso das jovens, para o ambiente doméstico camponês e para os jovens do sexo masculino está diretamente correlacionado aos trabalhos agrícolas. Isso se destaca na Tabela 1.

Tabela 1: Trabalhos desempenhados pelos jovens nas unidades camponesas dos assentamentos

Atividade	Jovens camponesas	Jovens camponeses
Não desempenham nenhuma atividade específica	26	30
Afazer domésticos (casa)	12	0
Casa + lavoura	3	0
Lavoura	9	8
Lavoura + ordenha (leite)	3	5
Leite	22	23
Empreitadas “por dia”	1	0
Leite + lavoura + casa	3	0
Casa + leite	1	0
Manutenção de maquinário agrícola	0	1
Alimentação do gado	0	3
Responsável pelos afazeres da unidade camponesa	0	2
Sem resposta	2	4
TOTAL	82	76

Fonte: trabalhos de campo, 2018.

É notável a diversidade de atividades sob a responsabilidade dos jovens camponeses (ambos os sexos). No entanto, há uma clara diferenciação para com as jovens camponesas que, mesmo desempenhando diversas atividades, como a ordenha do gado leiteiro ou mesmo o trabalho na lavoura, ainda possuem os afazeres de cunho doméstico sob sua responsabilidade. Fato que não ocorre com os jovens do sexo masculino. Tais aspectos, evidenciam a socialização para o ambiente doméstico a que estas jovens foram submetidas. Mesmo desempenhando atividades iguais às desenvolvidas pelos jovens do sexo masculino,

como por exemplo a ordenha, somente as jovens do sexo feminino possuem sob sua responsabilidade os afazeres domésticos.

Para além disso, observou-se a hierarquização do trabalho familiar, sendo as jovens camponesas submetidas a autoridade da mãe, no ambiente doméstico, e a do pai nas atividades consideradas rentáveis, como o trato com a lavoura, no qual o trabalho destas jovens é tido como “ajuda”. Tal fato evidencia as diferenças de gênero a que está submetido o trabalho juvenil feminino no campesinato. Onde,

As diferenças de gênero são especialmente marcantes no meio rural, onde as tradições, embora reinventadas, são dominantes no que se refere ao comportamento de homens e mulheres delimitando, de forma muito clara, os papéis sociais, os espaços e as formas de vivenciá-los, bem como, demarcando a vivência do cotidiano (PAULO, 2011, p. 187).

O não reconhecimento do trabalho feminino, decorre, das construções sociais do masculino e feminino no campo brasileiro. Estas relações sociais de gênero, perpassam pelas relações patriarcais que ainda são presentes, não somente no campo, como na sociedade brasileira como um todo. É diante das relações de cunho patriarcal e da desigualdade de gênero que o campo não é tido como um espaço de reais oportunidades para as jovens camponesas. As quais veem no espaço urbano uma forma de romper com as contradições e conflitualidades vivenciadas pelas mesmas no interior do núcleo familiar originário.

A migração para o espaço urbano, representa para estas jovens a busca por autonomia, seja ela financeira ou social, reconhecimento perante a família e liberdade. O que é destacado por uma das jovens que participaram do estudo “[pretende continuar no campo?] Não! Quero ir pra cidade! [Por quê?] Colocar em prática meu trabalho, pra tirar meu próprio sustento e não depender mais dos meus pais” (Jovem 7, 17 anos, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 04 de abril de 2018). Na fala da Jovem 7, é marcante a afirmação sobre o desejo de migrar para o espaço urbano em busca, principalmente, da independência financeira perante a família. Para muitas outras jovens, este é o maior motivador para sua migração. A independência financeira representa, para muitas delas, independência sobre si próprias, o rompimento com a hierarquização familiar e para com o não reconhecimento de seu trabalho.

O que pesa na decisão destas jovens são as reais oportunidades que lhes foram apresentadas. Da mesma maneira, a forma com que a família camponesa reconhece as motivações e anseios das jovens e planeja o futuro para a unidade camponesa, interfere diretamente sobre as decisões tomadas pelas jovens, como pode se destacar na seguinte fala,

Eu queria, assim, eu queria lote ali [Acampamento Herdeiros da Terra de 1° de Maio]. Pra mãe, assim, é a maior loucura eu falar que queria lote ali. Porque eu me formei, porque eu sou mulher, porque sou menina... “Por que, o que que eu quero com um lote? Por que que eu não vou arrumar um emprego na cidade e ficar tranquila?” Nem da própria família da gente a gente

tem um incentivo, né? De permanecer no campo... [...] ela acha que eu poderia ter uma vida melhor, porque tenho estudo, não ficar aqui lidando com vaca, na agricultura. E querendo ou não é um trabalho que exige mais esforço. [...] se eu fosse homem seria mais fácil, pro meu pai e minha mãe, pra eu permanecer no campo (Jovem 6, 24 anos, Assentamento Ireno Alves dos Santos, 18 de agosto de 2018).

A concepção que muitas famílias possuem sobre o espaço urbano, como um local de maiores oportunidades surge, principalmente, em detrimento às dificuldades enfrentadas pelo campesinato brasileiro, além, é claro, das relações intrínsecas a própria família camponesa. Para muitas jovens, migrar para o espaço urbano não é apenas negar a realidade vivenciada pelas mesmas no seio do núcleo familiar camponês, mas também, negar toda carga de desafios e dificuldades impostos ao campesinato.

Todavia, a migração não é o único caminho seguido pelas jovens camponesas (e pelos jovens do sexo masculino, da mesma forma) para sua reprodução socioterritorial. A vinculação de muitos jovens aos movimentos sociais camponeses representa uma alternativa diante das dificuldades enfrentadas por estes sujeitos. Tal fato, não se diferencia nas áreas que compuseram o estudo, como será destacado na sequência.

Juventude camponesa e resistência junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

A reprodução do campesinato está diretamente interligada com sua base familiar, assim como, as novas gerações são parte deste processo. Para os movimentos sociais, mais especificamente para o MST, a continuidade da luta pela terra está diretamente interligada com as novas gerações dentro do campesinato. A preocupação no prosseguimento da luta, reflete-se através dos coletivos de juventude e da organização das crianças sem-terra, os Sem-Terrinha.

A juventude camponesa, nos espaços em estudo, está diretamente interligada ao histórico de luta pela terra nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu. Da mesma maneira, marca sua participação junto ao MST pela consolidação do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio. Como pode ser destacado na citação a seguir,

A gente sempre fala que a ocupação da área, tanto aqui de Rio Bonito quanto de Quedas, foi um processo de luta da juventude, né? Dos filhos das famílias que já estavam no assentamento Ireno Alves e Marcos Freire. Tanto que, boa parte das famílias que hoje estão no acampamento, são oriundas desses espaços, né? Então são filhos dessas famílias que acamparam também, no processo do acampamento Buraco [no ano de 1996], conquistaram também os assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire e continuaram a luta da sua família, né? Continuaram a luta por reforma agrária (Jovem 8, 26 anos,

Assentamento Ireno Alves dos Santos/Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 11 de agosto de 2018)².

A juventude camponesa presente no acampamento supracitado, possui laços estreitos com as lutas por reforma agrária ocorridas no decorrer da década de 1990, em ambos os municípios. São jovens oriundos de famílias que tiveram suas vidas transformadas a partir do processo de ocupação e conquista de frações do território, antes sob domínio do latifúndio.

Fato que destaca a vinculação estreita entre juventude e reforma agrária é a contribuição dos jovens para com a realidade do acampamento, principalmente quando se trata de educação. A escola Itinerante Herdeiros do Saber, presente no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, é fruto da organização e reivindicação da juventude camponesa. Sua construção foi efetivada através dos trabalhos desempenhados pela juventude, como fica explícito na seguinte intervenção,

Na época em que a escola itinerante foi construída, levantada a juventude teve uma participação muito especial, que foi feito todo o estudo pela construção da escola e até hoje a juventude está presente bastante na escola, sabe? **Na preparação de mística, quando tem algum evento, algum visitante.** Ou até mesmo manifestação é a juventude que coordena, sabe? **Na parte de comunicação, da diversão, da animação,** sabe? Então, hoje é desse jeito (Jovem 9, 24 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 01 de maio de 2018, grifo nosso).

A participação da juventude no processo de conquista e construção da escola itinerante, ressaltam o comprometimento destes sujeitos para a continuidade de sua formação e a preocupação com a escolarização das crianças presentes no acampamento. Da mesma maneira, tal participação evidencia a ligação entre os jovens camponeses e as reivindicações por reforma agrária.

No entanto, há contradições quanto a autonomia e representatividade juvenil no interior do próprio MST e nas áreas de reforma agrária (assentamentos e acampamentos). Em diversos momentos a participação da juventude camponesa no Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, foi entendida através do desenvolvimento de atividades recreativas e da elaboração de místicas. Em contraponto, não foram identificados jovens que ocupassem espaços de liderança de forma efetiva. Na fala da Jovem 1, a seguir, deixa evidente alguns pontos debatidos.

[...] E assim, tarefas que na organicidade do dia a dia, **eram discutidas e delegadas para o coletivo de juventude. Eles eram um coletivo que fazia muita mística.** Que assim, quanto tinha uma demanda de mística precisava ter um coletivo organizado que pensasse, fizesse e tivesse criatividade. Então,

² Alguns jovens que contribuíram com o trabalho e que se fazem presentes no interior do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, foram entrevistados quando visitavam seus familiares nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, o que justifica a dupla localização citada em suas entrevistas.

era sempre delegado para nós, por exemplo (Jovem 1, 23 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 06 de novembro de 2018, grifo nosso).

Nota-se, através da fala da Jovem 1, que o planejamento e desenvolvimento de místicas pelo coletivo de juventude do acampamento possuía grande destaque. Todavia, questiona-se a real participação do jovem no interior do acampamento e a representatividade política destes sujeitos. Não se nega a importância e representatividade que a mística, como instrumento para afirmação do campesinato, possui no interior dos movimentos sociais. Assim como, não se questiona o papel da mística como instrumento de legitimação da luta pela terra e como forma de tocar os espectadores. Questiona-se a forma em que os jovens são tidos como desenvolvedores de tais atos e como estes são tidos como uma função da juventude. Porém, nem sempre o coletivo de juventude do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio fora responsável e tido como desenvolvedor de místicas,

O coletivo de juventude ele já existe desde o começo. Assim, inserido dentro da estrutura organizativa. Tem o alto setor, os coletivos e o coletivo de juventude é um que existe desde o começo como definição política, mas, como algo que teve funcionalidade dentro da realidade. No começo, quando o acampamento era todo junto, né? **Que não tinha aquela configuração espalhada pelos quatro espaços, já tinha o coletivo de juventude.** Daí as jovens faziam atividade de formação naquele início, né? Mas, também atividades de oficinas, se envolviam em trabalhos do próprio acampamento, trabalhos organizativos ou trabalhos de mutirão, enquanto jovem, enquanto coletivo de juventude. Até que então o acampamento acabou se dividindo em quatro espaços e esse coletivo de juventude também se dividiu [...]. Não deu certo criar coletivo de juventude em todos os espaços. Mas, principalmente no herdeiros um, que eu fazia parte e acompanhava, a gente conseguiu constituir um coletivo bem forte, assim... Era em torno de doze a quinze jovens que participavam, alguns saíam, outros entravam (Jovem 1, 23 anos, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 06 de novembro de 2018, grifo nosso).

A divisão em quatro espaços, citada pela Jovem 1, é resultado da organização camponesa e da necessidade de produção de alimentos. O Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio teve sua estruturação modificada ao longo dos anos de ocupação. Diante da necessidade de produção de alimentos para as cerca de 1.200 famílias camponesas acampadas, ocorreu a divisão do acampamento em quatro grupos, sendo eles: Herdeiros 1, Alojamento, Guajuvira e Lambari. A divisão em grupos possibilitou a organização e produção de alimentos, assim como, foi base para a nova divisão ocorrida no ano de 2018, quando as famílias camponesas ocuparam talhões individuais.

É notável que o coletivo de juventude possuía maior representatividade quando o acampamento se encontrava unificado no mesmo espaço. A divisão em quatro espaços e, posteriormente, a subdivisão em talhões individuais contribuiu para o enfraquecimento da organização juvenil. Tais experiências coletivas fracassaram em alguns espaços e assumiram o papel de desenvolvedor de místicas.

O reconhecimento do coletivo de juventude ou mesmo, dos próprios jovens, limitado ao desenvolvimento de místicas, corrobora com o que é destacado por Castro et al. (2009), quando a participação da juventude se resume a tais atributos, estes sujeitos passam a ser “tarefeiros”. Essa concepção de “tarefeiros” que parte de alguns grupos e lideranças reforça a deslegitimação dos jovens como sujeitos políticos que possuem suas próprias demandas, da mesma maneira, ressalta as relações de subordinação que também se fazem presentes no interior dos movimentos sociais. Há um paradoxo entre discurso e realidade, haja visto que “[...] apesar da inserção da juventude nos movimentos sociais, percebe-se que ainda há um distanciamento entre discurso e prática (CASTRO et al., 2009, p. 189).

Apesar das aparentes contradições identificadas no interior dos movimentos sociais sobre o papel político da juventude camponesa, é nos ambientes de luta pela terra que esta encontra formas de reproduzir-se socioterritorialmente. Para muitos jovens camponeses a vinculação junto aos movimentos sociais camponeses, em especial ao MST, possibilitou não apenas seu retorno ao campo, mas o reconhecimento como camponeses, a independência e reconhecimento perante o núcleo familiar originário. São nas áreas de luta pela terra que os jovens camponeses encontram maneiras de permanecerem ou retornarem ao campo, reivindicando o direito de acesso e permanência na terra.

Considerações finais

O ser jovem camponês está diretamente relacionado ao modo de vida e de produção do campesinato. Estando estreitamente interligado ao histórico de lutas e conquistas camponesas que marcam o campo brasileiro. Da mesma forma, enfrenta cotidianamente as contradições inerentes ao seu espaço de origem.

Nos espaços que compuseram a presente investigação é notável a relação entre juventude camponesa e a carga histórica de luta pela terra existente nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, assim como, carrega consigo os traços da desigualdade presente no campo e a continuidade da luta por Reforma Agrária. Do mesmo modo, os jovens camponeses enfrentam o peso da subordinação e hierarquização familiar, não sendo considerados capazes para gerenciar as unidades camponesas. Características que marcam o peso do patriarcalismo presente nos espaços em análise que, apesar do histórico de lutas e reivindicações camponesas por Reforma Agrária, ainda se fazem presentes relações desiguais no interior das unidades camponesas.

Se aos jovens, de maneira geral, pesa a subordinação e hierarquização familiar, às jovens camponesas pesa a desigualdade de gênero. O não reconhecimento do trabalho feminino, a carga de tarefas desempenhadas e a socialização voltada diretamente para o espaço doméstico, contribuem para a manutenção do estereótipo de que somente o ser

masculino é detentor do saber agrícola, negando as jovens a possibilidade de serem reconhecidas como camponesas que são.

Diante dos desafios impostos a juventude busca caminhos muitas vezes contraditórios, para garantir sua reprodução socioterritorial. O assalariamento é uma forma de garantir a independência financeira perante o núcleo familiar camponês, mesmo sem abandonar o espaço rural. Já a migração, principalmente exposta para as jovens camponesas, é uma forma de buscar independência, seja ela financeira ou social e reconhecimento familiar. É, também, uma maneira de romper com as desigualdades de gênero vivenciadas pelas mesmas no interior de seu núcleo familiar originário.

Ficou evidente ainda, que a vinculação dos jovens camponeses aos movimentos sociais, principalmente ao MST, nas áreas em estudo, revela a desigualdade presente no campo de ambos os municípios. Da mesma forma, revela a busca destes jovens por autonomia, independência e reconhecimento como camponeses. Através da vinculação juvenil junto aos movimentos sociais que muitos desses sujeitos, que trilharam o caminho da migração para o espaço urbano, retornam ao campo. Vincular-se ao MST não é apenas uma oportunidade de conquista da terra, mas sim, de retorno ao campo. Torna-se caminho para organização política e social. Os jovens passam a serem reconhecidos como camponeses, mesmo diante das evidentes contradições, principalmente sobre o protagonismo juvenil no interior dos acampamentos.

É notável que permanecer, partir ou retornar ao campo sejam escolhas feitas pelos jovens através da realidade vivenciada pelos mesmos. São as reais oportunidades que lhes foram apresentadas que marcam as escolhas. Os jovens que ensejam migrar para o ambiente urbano, o fazem diante das contradições e desafios que vivenciaram no campo e atribuem, muitas vezes, a este espaço suas frustrações e angústias. O que se pode perceber é que há, no interior das famílias camponesas, uma constante hierarquização de cunho patriarcal e familiar, a qual contribui para que muitos jovens camponeses optem por caminhos contraditórios para sua reprodução socioterritorial. Hierarquização familiar a qual, deixa implícita a disputa pela manutenção do poder, disfarçada de relações hierárquicas e de gênero, moldando assim, as escolhas juvenis.

Deve-se entender que estas escolhas: permanecer, partir ou retornar ao campo, são completamente mutáveis. Uma mais facilmente superáveis que as outras, mas ainda assim mutáveis. A juventude camponesa enfrenta este ciclo de mutações, as quais estão diretamente interligadas com suas experiências de vida, cuja família e movimentos sociais desempenham papel imprescindível, moldam a realidade vivenciada e, até mesmo, os caminhos percorridos pelos jovens camponeses.

Referências

- ABRAMOVAY, R. et. al. **Juventude e agricultura familiar: desafios e novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.
- CAPELO, M. R. C.; MARTINS, S. A.; AMARAL, W. R. Juventude do campo: refazendo caminhos pesquisados. In: JEOLÁS, L. S.; PAULILO, M. A. S.; CAPELO, M. R.C. (Org.). **Juventudes, desigualdades e diversidades: estudos e pesquisas**. Londrina: Eduel, 2007, p. 205-252.
- CASTRO, E. G. Balanço e perspectivas. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 128-135.
- _____. et. al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; EDUR, 2009.
- ESTATUTO DA JUVENTUDE (Brasil). **Estatuto da Juventude: atos internacionais e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.
- FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo, 1994, 208 p.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo – USP.
- FOLLMANN, J. A. A. **As contradições do processo de reprodução da Juventude Camponesa nos espaços de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR**. Marechal Cândido Rondon, 2019, 148p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). **Sistema Nacional de Cadastro Rural**. 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude Rural no Brasil: entre fiar e partir. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 20, n. 39, p. 201-220, 1º semestre 2013.
- MOURA, M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986
- OLIVEIRA, L. B.; RABELLO, D.; FELICIANO, C. A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da Juventude Camponesa. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 15, n. 1, p. 136-150, jul. 2014.
- _____; FELICIANO, C. A. Entre o campo e a cidade: reflexões sobre o espaço da juventude camponesa. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 17, n.2, p. 208-225, dez./2016.
- PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- PAULO, M. A. L. **Juventude Rural: suas construções identitárias**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.
- SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

O PROCESSO CONTRADITÓRIO DE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DA JUVENTUDE CAMPONESA NO INTERIOR DOS TERRITÓRIOS DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE LARANJEIRAS DO SUL E RIO BONITO DO IGUAÇU/PR

ROSAS, E. N. L. Do campo para a cidade: saindo para ficar. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.183-196.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no Horizonte dos jovens**: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC. Florianópolis, 2002, 288 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/ Sociedade e Meio Ambiente), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

_____. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-293.

WEISHEIMER, N. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 237- 251.

Sobre os autores

Jessica Aparecida De Avila Follmann Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0002-2352-3061>

Djoni Roos – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP). Atualmente é professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0001-9113-5637>

Como citar este artigo

FOLLMMANN, Jessica Aparecida de Avila; ROOS, Djoni. O processo contraditório de reprodução socioterritorial da juventude camponesa no interior dos territórios de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 216-237, mai.-ago., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Jessica Aparecida de Avila Follmann** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise e tradução do artigo; o segundo autor **Djoni Roos**, pelos procedimentos técnicos.

Recebido para publicação em 23 de julho de 2019.
Devolvido para a revisão em 05 de fevereiro de 2020.
Aceito para a publicação em 28 de fevereiro de 2020.
